

CADMO

Revista do Instituto Oriental
Faculdade de Letras de Lisboa

1



EDICÖES
COSMOS

二〇一〇年一月一日
二〇一〇年一月一日

HISTÓRIA ANTES DE HERÓDOTO: O CASO DE ISRAEL (*)

Por FRANCOLINO GONÇALVES

*Vice-director da École Biblique
et Archéologique Française de Jérusalem*

Sommaire

L'étude a pour but d'esquisser un panorama de l'état actuel des recherches sur l'historiographie hébraïque ancienne. L'auteur passe en revue les études critiques sur le Pentateuque et sur les Livres Historiques, les écrits hébraïques qui recèlent les oeuvres historiographiques à la fois les plus anciennes et les plus importantes, et en fait un bilan. Il en ressort que l'historiographie hébraïque est née avec l'État, au temps de David et de Salomon (Xe s. av. J.-C.), et que, par la suite, elle a été pratiquée aux moments marquants de l'histoire du peuple hébreu, notamment lors des renouveaux que connut le royaume de Juda sous les rois Ézéchias (env. 716-687 av. J.-C.) et Josias (640-609 av. J.-C.), et lors de la crise qui suivit la ruine de ce royaume en 587 av. J.-C.

(Página deixada propositadamente em branco)

1. Introdução

Conhecemos o antigo Israel essencialmente pela Bíblia, que é o seu legado literário e religioso. A maior parte dos livros bíblicos contém, uns mais do que outros, referências históricas, explícitas ou implícitas. O Pentateuco (*Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio*) e os chamados livros históricos (*Josué, Juizes, Samuel e Reis*), assim como os livros das *Crônicas* e de *Esdras e Neemias* ocupam, deste ponto de vista, um lugar à parte, pois se apresentam como uma história do povo hebraico desde as origens até ao fim do reino de Judá em 587 a. C.

O Pentateuco abarca o primeiro grande período desta história, isto é, o tempo anterior à instalação dos Hebreus no país de Canaã, que se subdivide ainda nos seguintes períodos mais curtos: As origens do mundo e da humanidade (*Gênesis 1-11*), os patriarcas que vivem no país de Canaã sem lá se instalarem (*Gênesis 12-45*), a estadia no Egito e o êxodo (*Gênesis 46 - Êxodo 15*), a marcha no deserto (*Êxodo 16, 1 - Números 20, 13*) e, finalmente, a ocupação da Transjordânia (*Números 20,14-36,13*). O último livro do Pentateuco, o *Deuteronômio*, apresenta-se como a expressão das últimas instruções que Moisés dá ao povo hebraico antes de este entrar no país de Canaã, considerado como a terra que lavé havia prometido aos seus antepassados.

Os livros históricos tratam do segundo período, isto é, da história de Israel em Canaã. O livro de *Josué* conta a conquista desse país e a sua repartição entre as tribos hebraicas. O livro dos *Juizes* relata a história dessas tribos desde a sua instalação até à instauração da monarquia. Com os livros de *Samuel* começa o período monárquico, cujo relato se prossegue nos livros dos *Reis*. À tentativa malograda

de Saul segue-se o período áureo do reino unido sob David e Saio-mão. Após a morte de Salomão, o reino de Israel e o reino de Judá separam-se (1 Reis 12) e vivem um ao lado do outro, ora em paz ora em guerra entre si. Este período termina com a ruína do reino de Israel, destruído pelos Assírios em 722 a. C. (2 Reis 17). O reino de Judá sobreviveu uns cento e trinta e cinco anos. Foi finalmente destruído pelos Babilónios em 587 a. C. e parte da sua população deportada para a Babilónia (2 Reis 24-25). O relato da história do antigo Israel termina abruptamente em 2 Reis 25, 27-30, com a notícia do perdão que Evil-Merodac, rei de Babilónia, concede a Joaquin, rei de Judá deposto e encarcerado em Babilónia, acontecimento que teve lugar em 561 a. C.

Após uma série de longas listas genealógicas, que vão desde os começos da humanidade até Saul, os livros das *Crónicas* voltam a contar a história hebraica desde o começo da monarquia até à extinção do reino de Judá.

Não existe um relato da história do povo judaico durante o período compreendido entre a queda do reino de Judá em 587 a. C. e o começo da dominação persa sobre a Palestina e particularmente o edito de Ciro, em 538 a. C., que permitiu o regresso dos exilados e a restauração de Jerusalém. Do período imediatamente posterior só são contados a reconstrução do templo (*Esdras* 3-6) e as actividades de Esdras e Neemias.

Durante muitos séculos, Judeus e cristãos tomaram a Bíblia à letra e, em nome da inspiração divina que lhe reconhecem, consideraram-na infalível em todos os domínios do conhecimento, particularmente no domínio da história. Tinha-se a Bíblia por um relato absolutamente fidedigno não só da história do povo hebraico, mas também das origens do mundo e da humanidade. Julgava-se até poder datar estes últimos acontecimentos. Segundo a era judaica, estamos exactamente no ano 5751 da criação.

Os relatos das origens do mundo e da humanidade em *Génesis* 1-11 foram os primeiros cuja historicidade se pôs em causa já no séc. xviii. Em fins do séc. xviii, J. E. Eichhorn (1752-1827) (2) começou a falar deles em termos de mito, retirando-os assim do âmbito da história. Sejam quais forem os géneros literários em que se classifiquem esses relatos, nenhum investigador os tem hoje por uma obra historiográfica nem irá procurar neles qualquer informação sobre a história das origens do cosmos e da humanidade.

Não pode dizer-se o mesmo dos outros relatos do Pentateuco e dos livros históricos. De facto, as histórias modernas seguem-nos nas suas grandes linhas: retomam as divisões da história de Israel que

eles sugerem, assim como a apresentação que eles fazem de cada um dos seus períodos. Há histórias de Israel que não são muito mais do que simples paráfrases da Bíblia. O papel decisivo dos relatos bíblicos nas reconstruções históricas ressalta de maneira particularmente clara da comparação entre o tratamento que as histórias de Israel modernas fazem, por um lado, do período monárquico e, por outro, dos períodos exílico e persa. Enquanto a apresentação dos quatro séculos do período monárquico, graças aos livros de *Samuel*, dos *Reis* e das *Crônicas*, é relativamente completa e precisa, a dos cerca de dois séculos do período persa, dos quais não há um relato seguido, é bastante fragmentária e vaga. Ao meio século que separa a queda do reino de Judá do edito de Ciro, sobre o qual não há nenhum relato, corresponde praticamente um vazio.

Numa palavra, os historiadores modernos não só reconhecem o carácter historiográfico de partes importantes da Bíblia, mas servem-se delas praticamente como da única fonte para a história do antigo Israel. Quando a Bíblia se cala, o historiador moderno de Israel parece ter pouco ou nada para dizer.

Não obstante a dependência quase total dos historiadores modernos em relação aos relatos bíblicos, há frequentemente entre estes últimos e as reconstruções feitas pela história científica muitas divergências, algumas das quais sobre pontos fundamentais, o que supõe que nem tudo nos relatos bíblicos é tido por histórico.

As primeiras dúvidas incidiram nos relatos que se referem aos períodos mais antigos. Por exemplo H. S. Reimarus (1694-1768), declara, numa obra póstuma, que a travessia do Mar tal como a descrevem os capítulos 13-14 do livro do *Êxodo* é materialmente impossível. Por isso, de maneira assaz irreverente, acusa Moisés — não duvidava ainda de que Moisés fosse o autor do Pentateuco — de contar uma enorme patranha ⁽³⁾.

As dificuldades com que esbarra uma leitura historicista ingénuo da Bíblia foram aliás um dos principais motores do processo que conduziu à elaboração dos métodos exegéticos histórico-críticos praticados desde há cerca de um século.

No presente estudo propomo-nos o objectivo bastante modesto de esboçar um panorama do estado actual da investigação sobre a historiografia hebraica antiga. Limitaremos o inquérito ao Pentateuco e aos livros históricos, as partes da Bíblia que contêm as obras historiográficas hebraicas não só mais antigas — muito provavelmente anteriores a Heródoto (ca. 484-420 a. C.), chamado «pai da história» — mas também as mais importantes. Começaremos por uma exploração rápida e cautelosa dos estudos sobre o Pentateuco sem nos

embrenharmos muito profundamente na selva que eles são actualmente. Examinaremos depois um pouco mais detidamente os livros históricos.

2. A síntese histórico-teológica iaveísta

2.1. O Pentateuco

O Pentateuco foi o ponto de partida da exegese histórico-crítica e, provavelmente, também o seu principal objecto. As investigações de várias gerações de estudiosos conduziram, em fins do século passado, à chamada hipótese documentária (4). Nas suas grandes linhas, esta hipótese foi formulada por J. Wellhausen (1844-1918) numa série de artigos publicados a partir de 1876 (5). Retoques e modificações mais ou menos profundos por parte sobretudo de H. Gunkel (1862-1932) (6), M. Noth (1902-1968) (7) e G. von Rad (1901-1971) (8) deram-lhe a forma sob a qual dominou a exegese do Pentateuco a partir de cerca de 1950 e sob a qual chegou a um público mais ou menos vasto através de um grande número de obras de vulgarização (9).

De uma maneira geral, os estudos exegéticos histórico-críticos afastaram-se da opinião tradicional, que atribuía a Moisés a autoria do Pentateuco. Concretamente, a hipótese documentária vê no Pentateuco o resultado da fusão ou da justaposição de quatro documentos ou fontes provenientes de lugares e de tempos diferentes.

Segundo esta hipótese, o primeiro documento, chamado iaveísta (J) (10), é uma obra escrita em Jerusalém no reinado de Salomão, na segunda metade do séc. x a. C., mas que integra tradições anteriores, escritas e orais. O J é não só o documento mais antigo, mas também o mais importante na história da formação do Pentateuco. Com efeito, indo desde o começo do segundo relato da criação em *Génesis* 2, 4^b até, pelo menos, ao episódio de Baal-Peor em *Números* 25, 1-5, foi ele que deu ao Pentateuco a espinha dorsal (11).

O segundo documento, o eloísta (E), contém fundamentalmente as mesmas tradições que o J, mas sob a forma que essas tradições tomaram no reino de Israel, em cujos meios proféticos foi escrito em fins do séc. ix ou começos do séc. vm a. C. Levado para Jerusalém por refugiados após a ruína do reino do Norte em 722 a. C., o E foi inserido no J, provavelmente no reinado de Ezequias (716-687 a. C.) por um redactor designado pela sigla R^{JE}. Dando a primazia ao J, que tomou por base, este redactor reteve do E apenas algumas passa-

gens isoladas com que completou o J. De aí o carácter fragmentário do estrato E ⁽¹²⁾.

É provável que o terceiro documento, o Deuteronomio (D), seja originário do reino de Israel como o E e, como ele, tenha sido levado para o reino de Judá após 722 a. C. Não só inspirou, provavelmente, já a reforma religiosa de Ezequias em fins do séc. vm a. C. (2 Reis, 18, 4) e, certamente, a de Josias em 622 a. C. (2 Reis 22-23), mas deve também ter servido de manifesto às ditas reformas. No entanto, o *Deuteronomio* só tomou a sua forma definitiva após 587 a. C.

Chamado sacerdotal e designado pela sigla P ⁽¹³⁾, o quarto e último documento foi escrito na Babilónia, nos meios sacerdotais oriundos de Jerusalém, no decurso do séc. vi a. C. O P retoma as antigas tradições de Israel já contidas em J e E, mas lê-as à luz da situação do exílio babilónico.

O Pentateuco atingiu a sua forma definitiva nos começos do séc. IV a. C., provavelmente graças à acção de Esdras, que recebeu de Artaxerxes II (404-359 a. C.), rei da Pérsia, a ordem de dar uma lei aos Judeus. Esdras adoptou como lei o Pentateuco, o qual, apesar de ser constituído por narrações e por corpos legislativos em proporções mais ou menos iguais, é precisamente chamado em hebraico *Torah* (Lei).

Segundo a hipótese documentária, as principais etapas da formação do Pentateuco correspondem deste modo a alguns dos momentos mais importantes da história do povo hebraico. Todos esses momentos deixaram evidentemente marcas no Pentateuco. Por isso, embora se refira explicitamente aos períodos anteriores à instalação dos Hebreus em Canaã, o Pentateuco informa-nos também, talvez sobretudo, sobre os principais momentos da história dos Hebreus em Canaã, entre o reinado de Salomão e o tempo de Esdras. Parece legítimo supor que o valor de uma informação contida no Pentateuco para reconstituir a história de Israel antes da sua instalação em Canaã depende, em grande parte, da antiguidade do documento que a dá.

2.2. A síntese histórico-teológica iaveísta

Escrito no reinado de Salomão, geralmente tido por uma espécie de Iluminismo hebraico, o documento J é o mais antigo e, por isso mesmo, o mais importante não só do ponto de vista da formação do Pentateuco, mas também do ponto de vista historiográfico. O documento J é uma história que vai, de maneira ininterrupta, desde as origens da humanidade até, pelo menos, às vésperas da entrada dos He-

breus em Canaã. É verdade que o seu autor não se propõe retrair objectivamente essa história para a arrancar ao esquecimento e a preservar para o futuro, mas sim mostrar que ela se dirigia para o reino davídico-salomónico como para a sua meta, uma meta fixada pelo próprio lavé. Por isso mesmo, o autor do documento J não se limita a transmitir materialmente as antigas tradições hebraicas, mas lê-as à luz da situação política e social do seu tempo e organiza-as de maneira a tornar a história que ele escreve num anúncio e numa preparação do reino davídico-salomónico. Serve-se para isso do tema da bênção, que é o principal fio condutor e unificador do relato iaveísta da história. À maldição que o conjunto da humanidade atraiu sobre si (*Génesis* 2-3) contrapõe-se a bênção que lavé promete a Abraão e, através dele, a todos os povos (*Génesis*, 12, 1-3). Para o autor J, o império davídico-salomónico do seu tempo cumpre já, de certa maneira, a promessa da bênção, mas esta continua ainda a ser, antes de mais, um programa para Israel, sobretudo para a dinastia davídica.

Ao encarar o passado como uma unidade, o autor do documento J revela uma autêntica consciência histórica. Além disso, a sua obra tem um carácter histórico. Deve, no entanto, notar-se que o autor J não tem como alvo a objectividade histórica. Serve-se da história das origens de Israel para legitimar teologicamente a dinastia davídica no poder. No entanto, é igualmente certo que a obra iaveísta integra tradições orais e escritas anteriores, algumas das quais podem ter origem no tempo a que elas se referem ou pouco depois e conter informações históricas. Caberá a uma sã crítica mostrar se tal ou tal tradição conserva ou não informações históricas e, no caso de uma resposta afirmativa, identificá-las o mais rigorosamente possível.

À luz do que precede, é natural que o J tenha desempenhado um papel muito importante nas reconstituições científicas modernas da história das origens de Israel. Com efeito, foi sobretudo com base no J e com a achega do conhecimento das outras civilizações do Próximo-Oriente antigo, que entretanto havia feito grandes progressos ⁽¹⁴⁾, assim como também com o contributo dos dados fornecidos pela arqueologia que se elaborou uma apresentação crítica das origens de Israel. Não se trata de uma verdadeira história que descreve o desenrolar dos acontecimentos e o seu encadeamento causal — empresa considerada impossível — mas antes de um vasto fresco que serve de quadro às origens de Israel, a que poderíamos chamar a proto-história de Israel ⁽¹⁵⁾. Este vasto fresco começou a esboçar-se por volta de 1930 e gozará de uma autoridade quase incontestável até meados da década de setenta. Os seus principais autores foram A.

Alt (1883-1956) ⁽¹⁶⁾ e M. Noth ⁽¹⁷⁾. R. de Vaux (1903-1971) foi talvez o que mais colorido lhe deu ⁽¹⁸⁾.

A apresentação corrente da proto-história de Israel comporta os seguintes elementos principais:

Período patriarcal: Os patriarcas Abraão, Isaac e Jacó/Israel são os epónimos de alguns dos grupos humanos com que se formou Israel. Primitivamente estranhos uns aos outros, esses grupos acabaram por unir-se politicamente. A lista genealógica actual reflete esse processo de unificação e, ao mesmo tempo, sela a dita unificação. Nómadas ou semi-nómadas à procura de uma terra para nela se sedentarizarem, esses grupos fazem parte das grandes migrações amoritas de fins do III milénio e de começos do II milénio a. C. Partindo das estepes da Síria, os Amoritas procuraram durante séculos infiltrar-se e instalar-se por toda a parte no Crescente Fértil. Do ponto de vista religioso, o elemento mais característico da civilização desses antepassados de Israel é a chamada «Religião do Pai». Com efeito os relatos patriarcais mencionam regularmente «o Deus do teu pai» (*Génese* 26, 23; 28, 13), «o Deus do meu pai» (*Génese* 31, 5; 32, 10). Esta maneira de relacionar a divindade com o chefe do grupo humano ou com o seu antepassado, em vez de a relacionar com um país, seria precisamente típica de uma religião de nómadas.

Estadia no Egipto, êxodo, marcha no deserto e instalação na Transjordânia: A emigração de asiáticos para o Egipto e a sua presença nesse país são factos bem documentados. As tradições relativas à ida dos Hebreus para o Egipto e à sua estadia nesse país devem situar-se nesse contexto. Pode até ter havido vários grupos de antepassados dos Israelitas que emigraram para o Egipto em momentos diferentes e vários grupos que de lá saíram em momentos também diferentes. Segundo R. de Vaux, os relatos bíblicos documentariam concretamente dois êxodos de dois grupos diferentes, que deixaram o Egipto em circunstâncias diferentes e que seguiram caminhos diferentes. O grupo expulso teria seguido o caminho normal ao longo da costa mediterrânica e teria penetrado na Palestina pelo Sul. O grupo fugitivo ter-se-ia dirigido para o interior desértico da península do Sinai e de lá para a Transjordânia. Uma parte desse grupo ter-se-ia instalado na Transjordânia e a outra teria prosseguido para Canaã, onde teria penetrado pelo leste. O grupo fugitivo teria sido aquele que Moisés chefiou e, o mais importante, por ter abraçado no Sinai a religião iaveísta, a que mais tarde aderiram outros grupos em Canaã, tornando-se assim a religião nacional de Israel ⁽¹⁹⁾.

A hipótese documentária e o grande fresco histórico que lhe está associado começaram, sobretudo a partir de meados da década

de setenta, a ser simultaneamente alvos de violentos ataques que descreditará seriamente a magnífica síntese pacientemente elaborada. Os pontos de vista são actualmente de tal modo divergentes que não é ainda possível prever o aparecimento de uma nova *communis opinio*. Pode dizer-se sem exagero que os estudos sobre o Pentateuco estão hoje em plena confusão ⁽²⁰⁾.

Há exegetas que estudam a forma ideal do Pentateuco, ou de partes deste, de maneira sincrónica, sem procurarem conhecer a história da sua formação, ora sob a influência dos métodos estruturalistas ⁽²¹⁾, ora em nome do chamado *Canonical Criticism* ⁽²²⁾. Por outro lado, muitos dos que procuram esboçar a pré-história do Pentateuco rejeitam a hipótese documentária. Uns vêem no Pentateuco o resultado da justaposição, no período pós-exílico, de seis grandes unidades literárias até então independentes: A história das origens (*Génesis* 1-11), os patriarcas (*Génesis* 12-50), as lendas de Moisés (*Êxodo* 1-15), o episódio do Sinai (*Êxodo* 19-24), a estadia dos Hebreus no deserto (*Êxodo* 16-18 e *Números* 11-20) e a tomada do país de Canaã (livro de *Josué*) ⁽²³⁾. Outros pensam que o Pentateuco é o fruto, não da fusão sucessiva de quatro documentos independentes, mas de um processo de reinterpretação que teve lugar essencialmente no período exílico e depois deste ⁽²⁴⁾. Além disso, muitos dos que aderem à hipótese documentária tendem a situar o processo de formação do Pentateuco relativamente tarde, entre o fim do período monárquico e o tempo de Esdras ⁽²⁵⁾.

A data e os contornos do documento J são precisamente os principais alvos dos ataques da nova crítica. Os que retêm a data saiomónica têm tendência a reduzir-lhe as fronteiras ⁽²⁶⁾. Uma corrente importante situa a obra iaveísta, não na segunda parte do séc. x a. C., mas no fim do séc. vu ou no começo do séc. vi a. C., se não ainda mais tarde. A este respeito, deve mencionar-se a hipótese proposta por H. H. Schmid. Um exame do estilo, do género literário e da temática dos principais textos atribuídos a J leva H. H. Schmid a afirmar que esses textos são impensáveis na época salomónica, pois supõem a existência dos profetas clássicos dos séc. vm-vii a. C. e têm muitas semelhanças com a teologia deuteronomica e deuteronomista ⁽²⁷⁾. A maior parte das suas tradições fundamentais, observa ainda H. H. Schmid, não são mencionadas pelos textos pré-exílicos, sendo o silêncio dos profetas dos séc. vm-vii a. C. particularmente significativo. O exegeta conclui que o J deve situar-se seja imediatamente antes da ruína do reino de Judá ou logo no começo do exílio babilónico, isto é, no séc. vi a. C. em vez do séc. x a. C.

Prosseguindo as investigações de H. H. Schmid, M. Rose compa-

ra o J à História Deuteronomista (*Deuteronomio, Josué, Juizes, Samuet e Reis*) e conclui que o J é posterior à primeira edição da dita história, feita no período exílico. O J não foi aliás concebido como uma obra independente, mas sim como um prólogo da História Deuteronomista destinado a corrigir-lhe a orientação teológica mediante a insistência sobre a iniciativa divina e a gratuidade da salvação (28). Esta é também a opinião expressa por J. Van Seters nos seus trabalhos mais recentes (29).

Embora não exclua necessariamente a presença no J de tradições antigas, semelhante «rejuvenescimento» não podia deixar de desacreditá-lo como documento histórico sobre o período a que ele se refere explicitamente. Por isso, é natural que a nova crítica conteste também o fresco histórico das origens de Israel que o J ajudara a esboçar (30), contestação aliás partilhada por alguns críticos que admitem a origem salomónica do J (31). Elementos desse fresco tidos por característicos de uma sociedade patriarcal nómada tornam-se reflexos da sociedade hebraica no tempo em que os textos foram escritos, se não simples criações literárias. É, por exemplo, o caso da religião. Os relatos patriarcais suporiam, na realidade, a religião hebraica popular da época monárquica ou mesmo exílica, sendo o tema do «Deus do Pai» um mero artifício literário para ligar entre si as diferentes figuras patriarcais e os correspondentes relatos (32).

A própria ideia, suposta por J, de que os antepassados de Israel eram estrangeiros imigrados em Canaã é hoje por muitos contestada, se não categoricamente rejeitada. Com efeito, a maioria dos que estudaram as origens de Israel nos últimos quinze anos, tanto à luz dos textos bíblicos como à luz da arqueologia, da sociologia ou da antropologia cultural, pensa que os antepassados de Israel são autóctones de Canaã. O aparecimento de Israel como entidade sócio-política, entre o séc. xm e o séc. xi a. C. (33), não resultaria da chegada a Canaã de grupos nómadas vindos do deserto, mas sim de uma mutação devida essencialmente a factores locais (34). A hipótese mais conhecida a este respeito foi proposta por N. K. Gottwald. Retocando uma hipótese que já havia sido formulada por G. Mendenhall, N. K. Gottwald pensa que Israel é o fruto de uma revolta dos camponeses das regiões montanhosas contra as cidades das planícies detentoras de um poder feudal (35).

Esta incursão no Pentateuco como obra historiográfica deixa-nos perplexos. Os argumentos a favor de um J dos fins da monarquia ou do exílio não convencem. Deve, no entanto, reconhecer-se que há objecções sérias contra a concepção habitual do J e pressente-se que as coisas nunca mais voltarão a ser como antes (36). Note-se que há

entre esta concepção habitual do J e a concepção que dele tinha J. Wellhausen uma grande diferença. Enquanto o documento iaveísta de J. Wellhausen era obra de uma escola, remontava ao séc. ix a. C. e tinha sido objecto de várias edições revistas e aumentadas, o J da opinião corrente é obra de uma só pessoa, um grande teólogo da *Aufklärung* salomónica. O modelo corrente do J representa assim uma enorme simplificação do modelo proposto por J. Wellhausen. E é legítimo perguntar-se se esta simplificação não está na origem de uma boa parte das actuais dificuldades relativas ao J e, de uma maneira geral, ao conjunto da hipótese documentária ⁽³⁷⁾. No que diz respeito directamente ao nosso assunto, pode acrescentar-se que a escrita recente da obra J não excluiria necessariamente que o seu autor se tenha servido de tradições muito anteriores. De facto, os profetas são testemunhas de que algumas dessas tradições eram correntes no séc. vin a. C. ⁽³⁸⁾

Seja como for, na situação actual, só com muitas precauções se pode ainda falar de um período histórico patriarcal, das suas instituições e da sua religião. Com efeito, os grupos humanos representados pelos seus epónimos, as figuras patriarcais de Abraão, Isaac e Jacó/Israel podem ter origens diversas e situar-se em momentos diferentes. Entre as tradições patriarcais, as relativas a Jacó/Israel são as primeiras referidas fora do Pentateuco e dos livros históricos. Aparecem em vários textos proféticos do séc. vm a. C., alguns dos quais podem datar de meados desse século. É o caso de *Oseias* 12 que alude a uma série de episódios da história de Jacó. Por sua vez, *Amós* 7, 2; *Oseias* 10, 11 e *Miqueias* 3, 1 dão ao povo de Israel o nome de Jacó. As mais antigas referências a Abraão fora do Pentateuco e dos livros históricos são mais de um século e meio mais recentes, pois aparecem em textos da época exílica (*Ezequiel* 33, 24; *Isaias* 51, 1-2).

As tradições relativas à estadia no Egipto, ao êxodo e à marcha no deserto estão bem documentadas nos textos dos profetas *Amós* (9, 7) e *Oseias* (11, 1; 12, 10.14; 13, 4-5). Essas tradições quadram perfeitamente com o que se conhece das relações entre o Egipto e os Asiáticos. A questão consistirá em saber quem entre os antepassados de Israel esteve no Egipto. De um ponto de vista demográfico, pode ter sido uma ínfima minoria, mas uma minoria que desempenhou um papel decisivo, pois é provavelmente a ela que Israel deve a sua religião, o laveísmo.

3. A História Deuteronomista

3.1. Antes de M. Noth

Os primeiros estudos histórico-críticos sobre os livros de *Josué*, *Juizes*, *Samuel* e *Reis* ou os livros históricos, desde fins do século passado até aos anos quarenta deste século, foram muito influenciados pelos estudos sobre o Pentateuco. Com efeito, muitos críticos viram nos livros históricos a continuação dos documentos J e E do Pentateuco ⁽³⁹⁾, que, segundo uns, estariam na base do conjunto dos livros históricos e, segundo outros, iriam até aos livros de *Samuel* ou só até ao livro dos *Juizes*. No entanto, a maioria dos críticos até aos anos quarenta do nosso século, seguindo a opinião de J. Wellhausen ⁽⁴⁰⁾, limitava a presença das fontes J e E do Pentateuco ao livro de *Josué*. De aí que se fale correntemente do Hexateuco em vez do Pentateuco.

As semelhanças dos livros históricos com o livro do *Deuteronomio* são tão flagrantes que dificilmente podiam passar despercebidas. W. M. L. De Wette, já em 1818, atribuiu essas semelhanças a uma revisão dos livros históricos influenciada pelo *Deuteronomio* ⁽⁴¹⁾. J. Wellhausen restringe essa revisão ao livro dos *Juizes* e aos livros dos *Reis* e apelida-a de deuteronomista, termo votado a um grande êxito.

Entre os livros históricos, os livros dos *Reis* ocupam um lugar à parte na história da investigação, sendo, de longe, os mais estudados. Foram raros os exegetas que neles discerniram as fontes J e E. Em geral, a crítica vê neles uma composição deuteronomista sem qualquer dependência em relação às fontes do Pentateuco. Já em 1861, A. Kuenen ⁽⁴²⁾ distinguira aliás duas edições desses livros, uma pré-exílica e a outra exílica.

3.2. M. Noth

O livro de M. Noth *Überlieferungsgeschichtliche Studien*, publicado em 1943 ⁽⁴³⁾, revolucionou o estudo dos livros históricos. Segundo M. Noth, estes livros constituem uma unidade literária e teológica, a História Deuteronomista, obra de um só autor, o historiador deuteronomista, que escreveu em Judá durante o exílio, em meados do séc. vi a. C. O historiador deuteronomista encabeçou a sua obra com o livro do *Deuteronomio*. Este existia já sob uma forma mais breve que ia do capítulo 4, 44 ao capítulo 30, 20, mas o historiador deuteronomista acrescentou-lhe os capítulos 1-3 e partes dos capítulos 4,

31e 34. A História Deuteronomista começava assim antes da entrada das tribos hebraicas em Canaã e prosseguia até à ruína do reino de Judá e ao exílio babilónico. Contrariamente à corrente que associava o livro de *Josué* ao que precede e falava de um Hexateuco, M. Noth dissocia o *Deuteronomio* do que precede, reduzindo assim a primeira parte da Bíblia a um Tetrateuco. A História Deuteronomista dividiu-se posteriormente nos livros do *Deuteronomio*, *Josué*, *Juizes*, *Samuel* e *Reis*. Esta divisão quebrou-lhe a unidade primitiva, que diversos acrescentos posteriores obscureceram ainda mais.

O historiador deuteronomista começou por recolher as tradições do seu povo, mas não se contentou com isso, pois ele não é um simples compilador, mas o verdadeiro autor de uma história. Entre as tradições escolhe as que se coadunam com a sua visão da história do seu povo e com o seu objectivo, liga-as e harmoniza-as entre si e enquadra-as com textos da sua própria lavra. Este enquadramento é constituído ora por discursos postos na boca das principais personagens em momentos que se tornam por isso mesmo particularmente importantes ora por comentários de tipo narrativo situados também em momentos estratégicos. Esses discursos e esses comentários constituem uma espécie de ossatura da história e, ao mesmo tempo, pontuam-na e dividem-na em épocas. Assim, por exemplo, os discursos de Josué em *Josué* 1, 10-15 e *Josué* 23 assinalam respectivamente o começo e o fim da conquista de Canaã. *Juizes* 2, 11-19 contém uma espécie de esquema da apresentação deuteronomista da história de Israel. O discurso de Samuel em *1 Samuel* 12, 1-25 assinala o fim da época dos Juizes. O discurso de Salomão em *1 Reis* 8, 12-53 conclui a primeira parte da época monárquica. O comentário de *2 Reis* 17, 7-23 faz o balanço da história do reino de Israel.

O livro dos *Juizes* é um bom exemplo da maneira de proceder do historiador deuteronomista. Este dispunha, por um lado, das tradições relativas a uma série de heróis (Otniel, Eud, Débora em conjunto com Barac, Gedeão, Jefté e Sansão), habitualmente chamados os juizes maiores e, por outro, de uma lista de juizes (Samgar, Tola, Iair, Jefté, Ibsã, Elon e Abdon), habitualmente chamados os juizes menores. Fusionando a lista dos juizes com as tradições relativas aos heróis, o historiador deuteronomista obteve uma sucessão de doze juizes e criou, deste modo, o período dos Juizes com que preencheu o lapso de tempo entre a conquista de Canaã e a instituição da monarquia (*Juizes* 3, 7-16, 31).

O objectivo do historiador deuteronomista é explicar as razões da ruína do reino de Israel em 722 a. C. e do reino de Judá em 587 a. C.

O historiador deuteronomista mostra que esta ruína é o justo casti-

go que lavé infligiu aos dois reinos pela sua apostasia religiosa. O ideal religioso em nome do qual julga e condena os dois reinos hebraicos consiste num culto estritamente iaveísta, isto é comportando ritos puramente iaveístas, prestado exclusivamente a lavé e praticado unicamente no seu templo de Jerusalém. Segundo o historiador deuteronomista, toda a história de Israel e de Judá se resume num afastamento cada vez maior desse ideal religioso até que, por essa razão, os dois reinos foram finalmente destruídos um após o outro. O historiador deuteronomista dá, por conseguinte, uma leitura inteiramente negativa da história hebraica: a apostasia do passado levou à ruína, e do futuro não há nada a esperar, nem sequer o regresso do exílio babilónico.

M. Noth é, sem dúvida, o herdeiro de mais de um século de investigação. É o herdeiro de W. M. L. De Wette, que havia reconhecido as afinidades entre os livros históricos e o *Deuteronomio*■, de J. Wellhausen, que atribuíra a autoria dos livros dos *Juizes* e dos *Reis* a um redactor deuteronomista: de K. Budde e de todos aqueles que haviam pressentido uma unidade nos livros históricos. O rasgo genial de M. Noth foi ter organizado numa síntese brilhante a multidão das observações que haviam sido feitas pelos seus predecessores, substituindo assim o caos em que se encontravam os estudos sobre os livros históricos por uma visão global perfeitamente coerente. Por isso, não é de estranhar que a hipótese de M. Noth tenha sido determinante para o estudo dos livros históricos que, a partir de agora, chamaremos História Deuteronomista. Com efeito, a existência da História Deuteronomista foi e continua a ser unanimemente aceite. No entanto, são hoje raros os que admitem a hipótese tal como M. Noth a formulou (44). A maioria retoca-a mais ou menos profundamente. Entre os pontos discutidos sobressaem três, estreitamente ligados: autor, data e objectivo da obra.

3.3. Objectivo do historiador deuteronomista

Sem tocar no fundo da hipótese, G. von Rad e H. W. Wolff contestaram o pessimismo que M. Noth atribui à História Deuteronomista. G. von Rad (45) vê uma nota de optimismo nas promessas que lavé faz a David e à sua descendência. A notícia do perdão de Joaquin com que termina a História Deuteronomista (2 *Reis* 25, 27-30), diz G. von Rad, abre precisamente a porta de uma possível restauração de Judá sob a égide de um descendente de David. Para H. W. Wolff (46), a História Deuteronomista desemboca na esperança de um

recomeço, uma esperança que fica implícita, mas que se depreende claramente da estrutura da obra. Com efeito, *Juizes*, 2,11-19 expressa de forma paradigmática um ciclo histórico em quatro tempos, tipicamente deuteronomista:

- 1) O povo abandona a lavé para seguir outros deuses (vv. 11-13);
- 2) Na sua ira, lavé entrega o seu povo a opressores estrangeiros (vv. 14-15^a);
- 3) Na sua desgraça, o povo geme (vv. 15^b e 18^b);
- 4) Comovido pelos gemidos do seu povo, lavé dá-lhe um salvador (v. 16 e 18^b);

Uma vez morto o salvador, o ciclo recomeçava (vv. 17-19).

A história hebraica tal como a conta o historiador deuteronomista corresponde aos dois primeiros tempos do ciclo:

- 1) O povo abandonou a lavé para seguir outros deuses;
- 2) Na sua ira, lavé entregou o seu povo aos Assírios e aos Babilónios.

É legítimo esperar agora os outros dois tempos do ciclo, isto é, que, na sua desgraça, o povo gema e que, comovido pelos gemidos do povo, lavé lhe dê um salvador. Nesta perspectiva, a História Deuteronomista é, de facto, um apelo à conversão, sendo esta a única maneira de fazer chegar os gemidos do povo aos ouvidos de lavé. Esse apelo à conversão ressalta aliás da presença frequente do verbo *sub* (voltar-se, converter-se) em lugares estratégicos da História Deuteronomista (*Deuteronomio* 4, 29-30; 30, 1-10; *Samuel* 7, 3; *1 Reis* 8, 46-53; *2 Reis* 17, 13; 23, 25). Se o povo se converte, lavé intervirá para salvá-lo, como fez repetidas vezes no passado. Por conseguinte, a catástrofe de 587 a. C. não é necessariamente o último episódio da história de Judá nem a última palavra de lavé.

A libertação do jugo babilónico e o recomeço são possíveis. Isso depende inteiramente da atitude do povo, concretamente da sua resposta ao apelo à conversão que o historiador deuteronomista lhe dirige.

De uma maneira geral, hoje retoca-se mais profundamente a hipótese de M. Noth, pensando-se que a História Deuteronomista tem mais que um autor e mais que uma edição. Há, no entanto, divergências quanto ao número de autores e de edições, assim como quanto às respectivas datas. Podem fundamentalmente distinguir-se dois grandes grupos de hipóteses, que, em parte, representam dois mundos culturais (⁴⁷).

3.4. Várias edições exílicas da História Deuteronomista

Um desses grupos mantém com M. Noth que a História Deuteronomista só começou a escrever-se na época exílica, mas, contrariamente à opinião de M. Noth, pensa que ela é o resultado de um processo com várias etapas, isto é, várias edições. As hipóteses deste tipo tiveram A. Jepsen ⁽⁴⁸⁾ como precursor, mas foram R. Smend ⁽⁴⁹⁾, W. Dietrich ⁽⁵⁰⁾, T. Veijola ⁽⁵¹⁾ e E. Würthwein ⁽⁵²⁾, aos quais, por comodidade, chamaremos a «Escola de Göttingen», que lhe deram a formulação hoje corrente.

A «Escola de Göttingen» distingue três autores sucessivos da História Deuteronomista, cada qual responsável por uma edição desta obra, sendo a 2.^a e 3.^a edições revistas, corrigidas e aumentadas.

A primeira edição da História Deuteronomista (DtrH ou DtrGfeschichte]) foi feita cerca de 580 a. C., talvez antes da morte de Sedecias. O seu autor, que é o verdadeiro autor da História Deuteronomista, é antes de mais um historiador. Reúne materiais pré-deuteronomistas de carácter político e económico e enquadra-os com uma introdução e uma conclusão dos reinados de cada um dos reis de Israel e de Judá. Trata-se, no entanto de uma história com uma orientação teológica. Com efeito, o seu autor julga cada um dos reis segundo o êxito do seu reinado. Segundo o reinado tenha sido fausto ou infausto, o DtrH declara que o rei correspondente fez ou não fez o que é recto aos olhos de lavé. Terminando a sua história com o exílio de Judá (2 Reis 25, 21), o DtrH tem uma visão da história hebraica idêntica à do historiador deuteronomista de M. Noth, isto é, inteiramente negativa.

Feita entre 580 e 560 a. C., a 2.^a edição revela um interesse muito grande pelo profetismo, do qual depende inteiramente. Por isso se chama História Deuteronomista Profética (DtrP). Embora dê a mesma leitura negativa da história hebraica, a 2.^a edição retoca a 1.^a, nomeadamente inserindo numerosos relatos proféticos, de modo a tornar a história de Israel e de Judá no campo de acção da palavra poderosa dos profetas. Para o autor da 2.^a edição da História Deuteronomista, a profecia dirige a história. Todos os acontecimentos importantes são anunciados pelos profetas e dão-se tal como anunciados. O DtrP serve-se do esquema profético *anúncio-cumprimento* não só para construir os pequenos relatos particulares, mas também para reestruturar o conjunto da obra deuteronomista, que se torna deste modo na história de um gigantesco anúncio e do seu cumprimento.

E. Würthwein distingue duas etapas na edição profética da História Deuteronomista. Numa primeira etapa é introduzido o esquema

anúncio-cumprimento e alguns oráculos de ameaça contra dinastias ou reis individuais (DtrPI) (1 *Reis* 11, 29-39 e 12, 15; 16, 2-4 e 16, 11-12; 21, 22^a e 2 *Reis* 10, 17; etc.). Numa segunda etapa são inseridos alguns relatos proféticos (DtrP2) (por exemplo, 1 *Reis* 17-19) ⁽⁵³⁾.

Feita cerca de 560 a. C., a 3.^a edição é chamada nomista (DtrN) por causa do seu interesse pela Lei. Reelabora a 2.^a edição insistindo na observância da Lei e na polémica contra os cultos dos deuses estrangeiros em conformidade com o livro do *Deuteronomio*. O DtrN conclui a obra com a notícia do perdão concedido por Evil-Merodac, rei da Babilónia, a Joaquin, rei deposto de Judá, que estava encarcerado em Babilónia (2 *Reis* 25, 27-30). Deste modo introduz na História Deuteronomista um ténue raio de esperança.

A hipótese das três edições exílicas ou pós-exílicas da História Deuteronomista, com variantes mais ou menos sensíveis, é maioritária no mundo de língua alemã, tendo penetrado aqui e além noutros mundos culturais ⁽⁵⁴⁾. As datas das diferentes edições mencionadas são as propostas por W. Dietrich. A tendência actualmente é a de baixá-las consideravelmente ⁽⁵⁵⁾.

Uma das principais achegas da «Escola de Göttingen» ao estudo da História Deuteronomista é, sem dúvida, o papel importante que ela atribui ao profetismo na escrita desta obra ⁽⁵⁶⁾. Note-se, no entanto, que nem todos os especialistas que insistem no papel do profetismo na elaboração da História Deuteronomista situam a intervenção profética no estádio redactorial e a datam do período exílico. Uma corrente da exegese de língua inglesa, representada nomeadamente por A. F. Campbell ⁽⁵⁷⁾, M. A. O'Brien ⁽⁵⁸⁾, pensa que os livros de *Samuel* e dos *Reis* repousam inteiramente sobre dois relatos de origem profética. O primeiro iria de Samuel a Jeú. Teria sido escrito em Israel em fins do séc. ix a. C. e posto em dia depois da ruína do reino do Norte em 722 a. C. Este relato profético israelita teria servido de modelo a um outro equivalente escrito em Judá no tempo de Ezequias. O historiador deuteronomista teria reunido esses dois relatos no tempo de Josias para com eles escrever a história da chefia de Israel e de Judá.

A «Escola de Göttingen» não sugere ocasiões históricas plausíveis nem razões sérias para a tripla edição num lapso de tempo relativamente curto. No entanto, a principal objecção que pode fazer-se à «Escola de Göttingen» e que podia fazer-se já a M. Noth é o facto de haver aspectos da História Deuteronomista que supõem uma data anterior ao exílio e que se compreendem mal durante ou depois deste. Como vimos, a História Deuteronomista termina com a notícia da ruí-

na do reino de Judá, da deportação e da fuga de uma parte da sua população, finalmente, do perdão de Joaquin. Esses acontecimentos são relatados sem comentários, ficando-se assim com a impressão de que os livros dos *Reis* não têm uma verdadeira conclusão. A falta de comentários aos acontecimentos relativos ao fim do reino de Judá é muito surpreendente. Com efeito, os grandes acontecimentos da história são normalmente comentados. É, por exemplo, o caso da ruína do reino de Israel, cujas razões são longamente explicadas (2 *Reis* 17, 7-23). Se a trama fundamental da História Deuteronomista é obra de um autor exílico, como explicar que ele não tenha feito um balanço da história do reino de Judá, como fez um balanço da história do reino de Israel? É interessante notar que o autor do relato das *Crônicas* se apercebeu da dificuldade e preencheu a lacuna do relato dos livros dos *Reis* com um comentário à ruína do reino de Judá inspirado dos sermões em prosa do livro de *Jeremias* (2 *Crônicas* 36, 12-21). Por isso, parece-me muito mais provável que o verdadeiro autor da História Deuteronomista tenha escrito antes da ruína do reino de Judá. Redactores posteriores completaram essa obra, nomeadamente acrescentando-lhe as notícias relativas ao fim do reino de Judá, mas nenhum deles se preocupou em dar-lhe uma autêntica conclusão.

3.5. Edições pré-exílica(s) e exílica(s) da História Deuteronomista

Por isso, não surpreende que a outra parte da crítica admita que a História Deuteronomista começou a ser escrita no período monárquico e continuou a sê-lo durante o exílio.

Como vimos, A. Kuenen propôs já em 1861 a hipótese de duas redacções dos livros dos *Reis*, uma antes do exílio e outra durante o exílio. Nas suas grandes linhas, esta hipótese dominou a investigação sobre os livros dos *Reis* até à publicação da hipótese de M. Noth em 1943. Entre a década de quarenta e a década de setenta, a hipótese de M. Noth foi nitidamente maioritária, mas não eliminou completamente a hipótese de A. Kuenen. Até houve quem sugerisse uma síntese das duas hipóteses rivais⁽⁵⁹⁾. A partir da década de setenta, a tendência de uma parte da crítica é não só a de aceitar a hipótese de A. Kuenen, mas ainda a de aplicar ao conjunto dos livros históricos o que ele dizia dos livros dos *Reis*.

O grande promotor da hipótese das duas edições da História Deuteronomista nas últimas décadas foi F. M. Cross⁽⁶⁰⁾. Segundo este orientalista, a História Deuteronomista foi escrita no reinado de Jo-

sias (640-609 a. C.) por ocasião da reforma religiosa empreendida por esse rei. A obra está construída com o reino de Judá e o tema do pecado de Jeroboão em relação com o reino de Israel. O seu objectivo também é duplo. Por um lado, tenta persuadir os habitantes do antigo reino de Israel, então sob administração assíria, a vir ao templo de Jerusalém e a unir-se a Judá. Por outro lado, tenta persuadir Judá de que a restauração da sua antiga grandeza nacional depende da sua fidelidade à aliança com lavé e da conformidade dos seus reis ao modelo davídico.

A História Deuteronomista teria sido objecto durante o exílio de uma segunda edição revista e aumentada, que desenvolve sobretudo os temas da impiedade do rei Manassés (687-642 a. C.) e do castigo que essa impiedade atraiu sobre Judá.

Com numerosas variantes de pormenor, a hipótese das duas edições da História Deuteronomista é hoje maioritária no mundo de língua inglesa ⁽⁶¹⁾, com partidários noutros horizontes linguísticos e culturais ⁽⁶²⁾, nomeadamente em Israel ⁽⁶³⁾. Esta hipótese parte invariavelmente dos livros dos *Reis* e assenta no estudo dos três pontos seguintes: As variações nas introduções aos reinados, o teor das promessas feitas a David e à sua dinastia que são ora absolutas ora condicionadas à observância da Lei e, finalmente, a apreciação dos chamados *lugares-altos*, isto é, todos os santuários de Israel e de Judá à excepção do templo de Jerusalém, que são tidos ora por lugares de culto de lavé ilegítimos ora por lugares de culto de deuses estrangeiros. Partindo igualmente das variações nas introduções aos reinados, outros isolam mais do que uma edição pré-exílica, pelo menos, dos livros dos *Reis*. É, por exemplo, o caso de Helga Weippert ⁽⁶⁴⁾ e de W. B. Barrick ⁽⁶⁵⁾. Baseando-se nas apreciações dos reis de Israel e de Judá dadas nas introduções aos respectivos reinados, estes autores distinguem duas edições pré-exílicas e uma exílica. A primeira edição seria fundamentalmente uma história da atitude dos reis de Israel e de Judá em relação aos *lugares-altos* tidos por lugares de culto iaveístas ilegítimos. Esta primeira edição terminava, segundo Helga Weippert, em 2 *Reis*, 16, 2^b.4 e, segundo W. B. Barrick, em 2 *Reis*, 18, 3-4. Segundo esta primeira edição da História Deuteronomista tal como a reconstitui W. B. Barrick, a história de Israel e de Judá conheceu primeiro uma degradação progressiva que atingiu o nadir sob o ímpio Acaz, acusado de ter prestado pessoalmente culto nos *lugares-altos* (2 *Reis*, 16, 2^b.4), mas a situação mudou completamente com a reforma religiosa do piedoso Ezequias, que suprimiu os *lugares-altos* e reservou o culto ao templo de Jerusalém (2 *Reis*, 18, 3-4). Tendo claramente a Ezequias (716-687 a. C.) por herói, esta primeira edi-

ção da História Deuteronomista deve ter sido feita no tempo deste rei, provavelmente em fins do séc. vm a. C. Trata-se sem dúvida de uma obra de propaganda destinada a legitimar a reforma religiosa de Ezequias aos olhos daqueles que, de maneira muito compreensível, viam na supressão dos santuários de lavé uma grande impiedade (2 Reis 18, 22).

A 2.^a edição dos livros dos *Reis* dataria do reinado de Josias (640-609 a. C.), serviria de manifesto à reforma desse rei e teria por tema central a abolição dos cultos dos deuses estrangeiros.

À 3.^a edição, feita durante o exílio, devem-se os relatos sobre os últimos quatro reis de Judá de cuja impiedade o editor se serve para explicar a ruína desse reino e o exílio (2 Reis 23, 31-25, 30).

A. Lemaire ⁽⁶⁶⁾ esboça uma história da formação dos livros dos *Reis* ainda mais completa e pormenorizada com sete etapas, seis das quais se situam na época monárquica e a última durante o exílio:

1) Uma história de David escrita pelo sacerdote Abiatar cerca de 970 a. C.

2) Uma história de David rival escrita pelo sacerdote Sadoc ou pelo profeta Natã talvez cerca de 960 a. C.

3) Uma história do reinado de Salomão terminando com a separação dos dois reinos, escrita provavelmente no reinado de Roboão, cerca de 920 a. C.

4) Uma redacção-edição da história dos dois reinos escrita no reinado de Josafat, cerca de 850 a. C.

5) Uma redacção-edição proto-deuteronomista da história dos reinos escrita no reinado de Ezequias entre 710-701 a. C.

6) Uma redacção-edição deuteronomista ligada à reforma de Josias escrita entre 620-609 a. C.

7) Uma redacção-edição deuteronomista exílica escrita cerca de 560 a. C.

3.6. Apreciação das diferentes hipóteses

As notícias relativas à ruína do reino de Judá, ao exílio babilónico e ao perdão de Joaquin supõem que os livros dos *Reis* foram certamente editados após esses acontecimentos, o último dos quais teve lugar em 561 a. C. Mas, como vimos, é pouco verosímil que a edição exílica dos livros dos *Reis* seja a primeira, isto é, que esses livros tenham sido escritos no período exílico.

Um grande número de críticos admite uma edição não só dos livros dos *Reis*, mas do conjunto da História Deuteronomista, no rei-

nado de Josias, hipótese que tenho por muito provável. Mas, contrariamente à opinião mais corrente, essa edição não me parece ter sido a primeira.

Há, com efeito, indícios muito sérios, pelo menos, nos livros dos *Reis*, da existência de um estrato literário que termina com o reinado de Ezequias. Por isso, o reinado de Ezequias é reconhecido como um marco literário nos livros dos *Reis* por exegetas defensores das diferentes hipóteses a que passámos revista. Entre outros, podem assinalar-se A. Jepsen, A. F. Campbell, M. A. O'Brien, W. B. Barrick e I. W. Provan.

Segundo A. Jepsen, os livros dos *Reis* foram escritos na época exílica e tiveram duas edições exílicas e uma pós-exílica. O autor dos livros dos *Reis*, um sacerdote ligado ao templo de Jerusalém que escreveu entre 586 e 566 a. C., ter-se-ia servido, no entanto, de duas fontes. Uma delas, a *Crónica Sincrónica*, continha essencialmente as notícias cronológicas relativas ao início de cada reinado, à morte e à sepultura de cada um dos reis, assim como informações várias dadas pelas actuais introduções e conclusões dos reinados. Na opinião de A. Jepsen essa *Crónica Sincrónica* ia de *1 Reis* 2, 10 a *2 Reis* 18, 1.8. Terminando com Ezequias, deve ter sido escrita sob esse rei, provavelmente nos últimos tempos do seu reinado. A outra fonte de que dispunha o autor dos livros dos *Reis* eram os *Anais*, que tratavam sobretudo do templo de Jerusalém, da sua construção, das suas restaurações, do seu culto, do seu tesouro, etc. Segundo A. Jepsen, os *Anais* iam de *1 Reis* 5, 27; *2 Reis* 18, 14-16. As suas informações indo até ao reinado de Ezequias, os *Anais*, exactamente como a *Crónica Sincrónica*, devem ter sido escritos no tempo desse rei ou talvez sob o seu sucessor, Manassés⁽⁶⁷⁾.

Embora a sua reconstituição do processo de formação da História Deuteronomista seja bastante diferente da que é proposta por A. Jepsen, A. F. Campbell e M. A. O'Brien também pensam que o autor dos livros de *Samuel* e dos *Reis*, que eles situam no tempo de Josias, tinha entre as suas fontes um documento escrito em Judá no tempo de Ezequias. Segundo A. F. Campbell e M. A. O'Brien, esse documento era precisamente um relato profético⁽⁶⁸⁾.

Vimos como uma análise das apreciações dos reis de Israel e de Judá levou Helga Weippert a isolar nos livros dos *Reis* um estrato literário que terminaria com o reinado de Acáz em *2 Reis* 16, 2^b.4⁶⁹. Dada a oposição entre *2 Reis* 16, 2^b.4 e *2 Reis* 18, 3-4, W. B. Barrick tem razão em atribuir estas duas passagens ao mesmo estrato literário, que se concluiria assim, não com o reinado de Acáz, mas com o reinado de Ezequias⁽⁷⁰⁾. Esse estrato tem por fio condutor e

unificador a atitude dos diferentes reis em relação aos *lugares-altos*, tidos por santuários de lavé ilegítimos, concepção essa que não volta a aparecer nos livros dos *Reis* depois dos relatos de Ezequias. I. W. Provan pensa que uma análise do tema das promessas feitas a David nos livros dos *Reis* confirma a hipótese da existência de um estrato literário que termina com os relatos do reinado de Ezequias ⁽⁷¹⁾. Com efeito, diz I. W. Provan, na História Deuteronomista as promessas a David sob a sua forma absoluta só aparecem até aos relatos de Ezequias. Nos capítulos seguintes dos livros dos *Reis* só aparecem as promessas a David sob a sua forma condicionada, dependendo o seu cumprimento da observância da Lei. Tanto Helga Weippert, por um lado, como W. B. Barrick e I. W. Provan, por outro, vêem no estrato literário em questão a primeira edição dos livros dos *Reis* ou do conjunto da História Deuteronomista. Mas, enquanto Helga Weippert e W. B. Barrick datam esta primeira edição do reinado de Ezequias, I. W. Provan data-a do reinado de Josias.

A hipótese de W. B. Barrick tem a minha preferência, pois me parece ser a que melhor explica os diferentes dados da questão. Com efeito, não me parecem convincentes nem a tentativa de isolar uma verdadeira história dos reinos hebraicos escrita antes do reinado de Ezequias nem a hipótese que situa no tempo de Josias a primeira edição dos livros dos *Reis* ou do conjunto da História Deuteronomista. A respeito da segunda hipótese, a opinião de I. W. Provan é particularmente significativa. Apesar de reconhecer que a I.^a edição da História Deuteronomista seria deste modo cronologicamente josiana, mas ideologicamente ezequiana. A posição de I. W. Provan implica uma certa incoerência, sendo mais lógico concluir que a história de Israel e de Judá que termina com o reinado de Ezequias e tem esse rei por herói haja sido escrita sob esse monarca e para sua glória. A única razão que leva I. W. Provan a situar a I.^a edição da História Deuteronomista, não no tempo de Ezequias, mas no tempo de Josias, é o facto de admitir que ela incluía 2 *Reis*, 18, 17-19, 8.35-37. Com efeito, supondo que a morte de Senaquerib, ocorrida em 681 a. C., é um acontecimento passado relativamente longínquo, 2 *Reis*, 19, 37 não pode ter feito parte de uma edição dos livros dos *Reis* do tempo de Ezequias, cujo reinado acabou o mais tardar em 687 a. C. ⁽⁷²⁾. Contrariamente à opinião de I. W. Provan, a meu ver, não há razões para pensar que o relato de 2 *Reis* 18,17-19,9a.36-37, centrado no tema isaiano da confiança absoluta em lavé ⁽⁷³⁾, fazia parte da I.^a edição da História Deuteronomista, dominada pela polémica contra os *lugares-altos* considerados como santuários de lavé espúrios. Por isso, nada obsta a que a I.^a edição da História Deuteronomista tenha sido

feita durante o reinado de Ezequias, o tempo que mais parece convir-lhe.

Os historiadores deuteronomistas dispunham certamente de muitas e variadas fontes das quais se serviram para escrever a sua obra.

Os livros dos *Reis* citam os anais de Salomão em relação com esse rei (*1 Reis* 11, 41) e reportam-se regularmente aos anais dos reis de Israel e aos anais dos reis de Judá. Infelizmente, não chegou até nós nenhuma dessas obras. No entanto, é legítimo supor que os anais hebraicos, como os seus congéneres assírios, que são bem conhecidos, registavam cronologicamente as actividades reais (construções, empresas comerciais, campanhas militares, etc.), assim como documentos administrativos (listas de funcionários, de contribuintes, etc.). A crítica reconhece nos livros dos *Reis* passagens dos anais, umas vezes ao que parece citados textualmente, outras vezes mais ou menos reformulados.

Sem falar do J, os autores da História Deuteronomista não foram os primeiros historiadores hebraicos. Há monografias históricas que devem remontar aos primórdios da monarquia e que os historiadores deuteronomistas integram na sua obra. Essas monografias foram, no entanto, retocadas mais ou menos profundamente, sendo actualmente muito difícil, se não impossível, distinguir rigorosamente o núcleo primitivo dos retoques posteriores.

Uma das monografias históricas mais antigas, se não a mais antiga, é a história da ascensão de David que se encontra em *1 Samuel* 16; *2 Samuel* 5. Dado que esta obra tem por objectivo legitimar a transferência da realeza de Saul e da sua descendência, é provável que tenha sido escrita no reinado de David. A história da sucessão de David, que actualmente se encontra em *2 Samuel* 9-20 e *1 Reis* 1-2, com razão considerada a pérola da historiografia hebraica e uma das obras-primas da prosa hebraica, não deve ser muito posterior. F. Langlamet mostrou que, na sua forma original, a história da sucessão de David é hostil a Salomão, pois o apresenta como o usurpador da realeza que cabia a Adonias⁽⁷⁴⁾. Deve, por isso, ser obra de um membro do partido deste último e situar-se nos começos do reinado de Salomão. F. Langlamet sugere mesmo que ela pode ser da autoria do sacerdote Abiatar, velho companheiro de David e partidário de Adonias, que Salomão demitiu das suas funções e obrigou a retirar-se em Anatot (*1 Reis*, 2, 26-27). A História da sucessão de David parece ter guardado o seu teor original anti-salomónico durante bastante tempo até que foi finalmente submetida a uma revisão pró-salomónica que lhe deu a forma actual.

4. Conclusão

Deste estado da questão dos estudos sobre o Pentateuco e os livros históricos depreende-se que a historiografia hebraica começou praticamente com o Estado e, desde então, balizou a história de Israel. Os períodos de actividade historiográfica coincidiram com momentos particularmente marcantes da história hebraica. O primeiro, nos reinados de David e Salomão, foi o verdadeiro começo do Estado hebraico e, provavelmente, a sua idade áurea. Foi um tempo de profundas mutações sócio-políticas, de crise, ao mesmo tempo de optimismo e de graves interrogações. As monografias históricas dessa época são obras eminentemente políticas e emanam tanto do poder como da oposição. Com efeito, enquanto no relato da ascensão de David soa a voz do poder, no relato da sua sucessão soa a voz da oposição derrotada.

Embora admita a necessidade de retraçar as fronteiras do J, persisto em pensar que foi nesse contexto que ele foi escrito e que constitui a primeira história nacional. O seu horizonte fica até muito além das fronteiras nacionais, pois abarca a humanidade na qual Israel entronca. Destinada a legitimar a dinastia davídica, a obra J, como o relato da ascensão de David, deve emanar dos meios ligados ao poder.

Reconheci também uma actividade historiográfica no reinado de Ezequias, que foi um momento crucial para o reino de Judá. O reino de Israel acaba de sucumbir aos golpes assírios. Os refugiados afluem para o Sul levando com eles as suas tradições nacionais e religiosas de que Judá será desde agora herdeiro e portador. As repercussões em Judá não se fizeram esperar e foram muito profundas. Foi um renascimento que se expressou numa actividade literária e teológica e se traduziu numa reforma religiosa. As questões que então se punham e a que urgia dar uma resposta eram as seguintes: Por que razões foi destruído o reino de Israel? Como fazer para evitar o mesmo destino? A resposta dada à primeira questão é clara: A ruína de Israel é o castigo do seu sincretismo religioso. Esta resposta situa-se na linha das tradições do Norte e pode ter sido sugerida ou até formulada pelos próprios refugiados israelitas. A resposta à segunda questão é a reforma de Ezequias destinada a purificar a religião e o culto de Judá da herança cananeia. A primeira edição da História Deuteronomista foi, a meu ver, o manifesto, talvez não o único, que acompanhou a reforma de Ezequias (75).

O reinado de Josias, outro período de actividade historiográfica, parece ter sido dominado pela ideia de restauração nacional, que o declínio assírio permitia esperar. O optimismo apoia-se também nu-

ma grande confiança na dinastia davídica beneficiária das promessas divinas e na presença de lavé no seu templo de Jerusalém. Tal seria o contexto da 2.^a edição da História Deuteronomista, uma leitura da história hebraica preocupada com os cultos das divindades estrangeiras que Josias tenta suprimir com a sua reforma religiosa (76).

A ruína de Judá em 587 a. C. e o exílio de parte da sua população criam uma situação inteiramente nova que não podia deixar de provocar uma nova leitura da história, cujo objectivo seja essencialmente explicar esta situação. Esta nova leitura da história hebraica deve ter levado a uma ou mais reedições, revistas e aumentadas, da História Deuteronomista.

Terminemos este sobrevoos das investigações sobre a historiografia hebraica antiga, desde as origens até ao exílio babilónico, com umas simples observações sobre os objectivos e os critérios dos historiadores bíblicos. Do que precede fica claro que não foram a curiosidade nem o desejo de o salvar do esquecimento que levaram os antigos hebreus a vasculhar o passado. No passado, eles procuravam cada qual uma resposta para as questões do seu tempo. Os historiadores bíblicos têm, por assim dizer, uma tese a provar. Entre os acontecimentos passados, escolhem os que se coadunam com o seu intuito e, guiados por este intuito, tecem com eles uma trama geralmente muito coerente, a que pode chamar-se de pleno direito uma obra histórica (77). De uma maneira geral, essa trama é de tal forma coerente que a maioria dos leitores julga que ela corresponde exactamente ao desenrolar dos acontecimentos. De facto, até muitas histórias do antigo Israel modernas, que se têm por científicas, pouco mais fazem do que parafrasear as histórias bíblicas. É igualmente claro que a historiografia hebraica antiga nunca obedeceu nem fingiu obedecer ao critério da objectividade, critério esse que era inteiramente estranho aos antigos hebreus. Julgadas em nome do critério moderno da objectividade, as antigas histórias hebraicas são tendenciosas, apoloéticas, polémicas ou obras de propaganda. Mas, não poderá dizer-se quase o mesmo de muitas obras históricas modernas ditas científicas, cuja objectividade não passa de pura ilusão?

NOTAS

(1) Texto retocado de uma conferência proferida no dia 6 de Maio de 1991 na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, promovida pelo Instituto Oriental da

dita Faculdade para assinalar a passagem do primeiro aniversário da sua instalação e entrada em funcionamento.

(2) G. EICHHORN, «Urgeschichte», *Repertorium für biblische und morgenländische Literatur* 4 (1779), pp. 129-256 = ID., *Urgeschichte, herausgegeben mit Einleitung und Anmerkungen von Johann Philipp Gabler, Altdorf/Nuremberga, 1790-1793.*

(3) H. S. REIMARUS, «Durchgang der Israeliten durchs Rothe Meer» publicado em 1776 e reeditado in *G. E. Lessing's gesammelte Werke*, t. 9, Leipzig, 1856. Informação colhida em A. de PURY e Th. RÖMER, «Le Pentateuque en question. Position du problème et brève histoire de la recherche», in A. de PURY (ed.), *Le Pentateuque en question. Les origines et la composition des cinq premiers livres de la Bible à la lumière des recherches récentes* (Le Monde de la Bible), Genève, Labor et Fides, 1989, P. 20 e nota 37.

(4) Pode ver-se a breve historia da investigação de A. de PURY e Th. RÖMER, *op. cit.*, pp. 9-80.

(5) Reunidos em J. WELLHAUSEN, *Die Composition des Hexateuchs und der historischen Bücher des Alten Testaments*, Berlim, Verlag von Georg Reimer, 1889.

(6) H. GUNKEL, *Genesis übersetzt und erklärt* (Göttinger Handkommentar zum Alten Testament 1/1), Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, vierte unveränderte Auflage, 1917, pp. VII-C. Existe uma tradução francesa das pp. VII-LXXX in P. GIBERT, *Une théorie de la légende: Hermann Gunkel (1862-1932) et les légendes de la Bible, suivi de H. Gunkel, les légendes de la Genèse (1910)*, Paris, Flammarion, 1979, pp. 251-362.

(7) M. NOTH, *Überlieferungsgeschichte des Pentateuch*, Estugarda, Verlag W. Kohlhammer, 1948.

(8) G. VON RAD, *Das formgeschichtliche Problem des Hexateuch* (Beiträge zur Wissenschaft vom Alten und Neuen Testament, IV/26), Estugarda, Verlag W. Kohlhammer, 1938 = *Gesammelte Studien zum Alten Testament*, I (ThB, Altes Testament, 8), Munique, Chr. Kaiser Verlag, 1958 (várias edições posteriores), pp. 9-86.

(9) Veja-se, por exemplo, J. BRIEND, *Uma Leitura do Pentateuco* (Cadernos Bíblicos, 14), Lisboa, Difusora Bíblica, 1984.

(10) A sigla J vem da primeira letra da palavra alemã *Jahwist*, o J transliterando a letra hebraica *yod*. A melhor transliteração do *yod* em português sendo i, escrevemos *lavé* e *iaveísta*, mas a sigla J, em conformidade com a prática universal.

(11) Podem ver-se, por exemplo, as listas dos textos J dadas por E. SELLIN e G. FOHRER, *Introdução ao Antigo Testamento*, vol. I, S. Paulo, Edições Paulistas, 1978, pp. 199-201 e J. BRIEND, *Uma Leitura do Pentateuco* (Cadernos Bíblicos, 14), Lisboa, Difusora Bíblica, 1984, pp. I-IV.

(12) O. PROCKSCH, *Das nordhebräische Sagenbuch: Die Elohimquelle*, Leipzig, J. C. Hinrichs'sche Buchhandlung, 1906. O carácter fragmentário do E levou alguns estudiosos a concluir que a dita fonte nunca existiu de maneira autónoma; P. VOLZ e W. RUDOLPH, *Der Elohist als Erzähler. Ein Irrweg der Pentateuchkritik?* (BZAW, 63), Giessen, Verlag von Alfred Töpelmann, 1933; W. RUDOLPH, *Der «Elohist» von Exodus bis Josua* (BZAW, 68), Berlim, Verlag von Alfred Töpelmann, 1938.

(13) A sigla corresponde ao nome alemão (*Priestercodex* ou *Priesterschrift*) dado a este documento pelos autores germânicos da hipótese documentária.

(14) Os textos de Nuzi, documentos jurídicos hurritas dos séc. xv-xiv a. C., ocuparam um lugar particularmente importante nos estudos sobre os Patriarcas e a época patriarcal.

(15) É o título da obra colectiva publicada sob a direcção de E.-M. LAPERROUSAZ, *La Proto-histoire d'Israël. De l'exode à la monarchie*, Paris, Les Éditions du Cerf, 1990.

(16) A. ALT, *Der Gott der Väter. Ein Beitrag zur Vorgeschichte der israelitischen Religion* (Beiträge zur Wissenschaft vom Alten und Neuen Testament, 3/12) Stuttgart, Verlag W. Kohlhammer, 1929 = A. ALT, *Kleine Schriften zur Geschichte des Volkes Israel*, I, Munique, C. H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung, 1953, pp. 1-77.

(17) M. NOTH, *Überlieferungsgeschichte des Pentateuch*, Stuttgart, Verlag W. Kohlhammer, 1948; ID., *Geschichte Israels*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1950 (várias edições posteriores e traduções em várias línguas).

(18) R. de VAUX, *Histoire ancienne d'Israël, I. Des origines à l'installation en Canaan*, Paris, J. Gabalda, 1971; II. *La période des Juges*, J. Gabalda, 1973.

(19) R. de VAUX, *Histoire ancienne d'Israël, I. Des origines à l'installation en Canaan*, Paris, J. Gabalda, 1971, pp. 277-620.

(20) Veja-se, a esse respeito, A. de PURY (ed.), *Le Pentateuque en Question*, Genève, Éditions Labor et Fides, 1989. Este livro contém essencialmente as diversas comunicações feitas num seminário organizado no ano académico de 1986/1987 pelas Faculdades de Teologia da Suíça românica, que contou com a colaboração da maioria dos especialistas europeus desta questão.

(21) Veja-se, por exemplo, J. L. SKA, *Le passage de la mer. Étude de la construction, du style et de la symbolique d'Ex 14, 1-31* (Analecta Bíblica, 109), Roma, Biblical Institute Press, 1986.

(22) B. S. CHILDS, *Introduction to the Old Testament as Scripture*, Philadelphia, Fortress Press/Londres, SCM Press, 1979, pp. 27-106.

(23) R. RENDTORFF, *Das Überlieferungsgeschichtliche Problem des Pentateuch* (BZAW, 147), Berlim/Nova Iorque, Walter de Gruyter, 1976; ID., *Das Alte Testament. Eine Einführung*, Neukirchen, Neukirchener Verlag, 1983, pp. 137-139; F. CRÜSEMANN, «Die Eigenständigkeit der Urgeschichte. Ein Beitrag zur Discussion um den 'Jahwisten'», in J. JEREMIAS/L. PERLITT (eds.), *Die Botschaft und die Boten. Festschrift H. W. Wolff*, Neukirchen, Neukirchener Verlag, 1981, pp. 11-29; E. BLUM, *Die Komposition der Vätergeschichte* (Wissenschaftliche Monographien zum Alten und Neuen Testament, 57), Neukirchen, Neukirchener Verlag, 1984.

(24) J. VAN SETERS, *Abraham in History and Tradition*, New Haven/Londres, Yale University Press, 1975; ID., «The Yahwist as Theologian? A Response», JSOT 3 (1977), pp. 15-20; ID., *In Search of History. Historiography in the Ancient World and the Origins of Biblical Historiography*, New Haven/Londres, Yale University Press, 1983; H.-C. SCHMITT, «Redaktion des Pentateuch im Geiste der prophetie», VT 32 (1982), pp. 170-189.

(25) Entre os exegetas que mantêm a teoria documentária sob a sua forma clássica, assinalaremos W. RESENHÖFFT, *Die Geschichte Alt-Israels: Die Quellenschriften der Bücher Genesis bis Könige im deutschen Wortlaut 1. Teil. Der Jahwist. Die Chronik Israels (1050 bis 925 v. Chr.). 2. Teil. Der Elohist. Die nordisraelitische Chronik (840 bis 587 v. Chr.). 3. Teil. Die Priesterschrift. Die exilische Chronik Israels (550*

v. Chr.). 4. Teil. *Untersuchung zur Integralanalyse* (Europäische Hochschulschriften, XXIII/81-84), Bema/Frankfurt a. M./Las Vegas, Peter Lang, 1977 (4 volumes); R. NORTH, «Can Geography Save J from Rendtorff?», *Bib.* 63 (1982), pp. 47-55; W. H. SCHMIDT, *Einführung in das Alte Testament*, Berlim/Nova Iorque, Walter de Gruyter, 1982, pp. 47-55; F. KOHATA, *Jahwist und Priesterschrift in Exodus 3-14* (BZAW, 166), Berlim/Nova Iorque, Walter de Gruyter, 1986; K. BERGE, *Die Zeit des Jahwisten. Ein Beitrag zur Datierung jahwistischer Vätertexte* (BZAW, 186), Berlim/Nova Iorque, Walter de Gruyter, 1990.

(26) P. WEIMAR, *Untersuchungen zur Redaktionsgeschichte des Pentateuch* (BZAW, 146), Berlim/Nova Iorque, Walter de Gruyter, 1977; ID., *Die Berufung des Mose. Literaturwissenschaftliche Analyse von Exodus 2, 23-5, 5* (Orbis Biblicus et Orientalis, 32), Freiburg, Universitätsverlag/Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1980; J. VERMEYLEN, «Les premières étapes littéraires de la formation du Pentateuque», in A. de PURY (ed.), *Le Pentateuque en question*, Genève, Labor et Fides, 1989, pp. 149-197; E. ZENGER, «Le thème de la 'sortie d'Égypte' et la naissance du Pentateuque», in A. de PURY (éd.), *Le Pentateuque en question*, Genève, Labor et Fides, 1989, pp. 301-335.

(27) H. H. SCHMID, *Der sogennante Jahwist. Beobachtungen und Fragen zur Pentateuchforschung*, Zurique, Theologischer Verlag, 1976.

(28) M. ROSE, *Deuteronomist und Jahwist. Untersuchungen zu den Berührungspunkten beider Literaturwerke* (Abhandlungen zur Theologie des Alten und Neuen Testaments, 67), Zurique, Theologischer Verlag, 1-981; ID., «La croissance du corpus historiographique de la Bible — une proposition», *Revue de Théologie et de Philosophie* 118 (1986), pp. 217-326; ID., «Empoigner le Pentateuque par sa fin! L'investiture de Josué et la mort de Moïse», in A. de PURY (ed.), *Le Pentateuque en question*, Genève, Labor et Fides, 1989, pp. 129-147.

(29) J. VAN SETERS, «Joshua 24 and the Problem of Tradition in the Old Testament», in W. B. BARRICK e J. R. SPENCER (eds.), *In the Shelter of Ely on. Essays on Ancient Palestinian Life and Literature in Honor of G. W. Ahlström* (JSOT. Suppl. Series, 31), Sheffield, The University of Sheffield, 1984, pp. 139-158.

(30) J. VAN SETERS, *Abraham in History and Tradition*, New Haven/Londres, Yale University Press, 1975.

(31) É o caso de Th. L. THOMPSON, *The Historicity of the Patriarchal Narratives* (BZAW, 133), Berlim/Nova Iorque, Walter de Gruyter, 1974, que rejeita o valor histórico das tradições patriarcais, sem por isso pôr em questão a cronologia aceite dos documentos do Pentateuco.

(32) B. J. DIEBNER, «Die Götter des Vaters, Eine Kritik der 'Vätergott' — Hypothese Albrecht Alt», *DBAT* 9 (1975), pp. 21-51; H. VORLÄNDER, *Mein Gott. Die Vorstellung vom persönlichen Gott im Alten Orient und im Alten Testament* (Alter Orient und Altes Testament, 23), Kevelaer, Verlag Butzon & Bercker/Neukirchen, Neukirchener Verlag, 1975; E. RUPRECHT, «Die Religion der Väter. Hauptlinien der Forschungsgeschichte», *DBAT* 11 (1976), pp. 2-29.

(33) A primeira menção extra-bíblica de Israel aparece numa estela do faraó Merenptah (ca. 1212-1202 a. C.), encontrada em Tebas e actualmente no Museu do Cairo (CG 34025). Israel faz parte de urna lista de nomes de regiões ou de cidades (Hatti = Síria-Fenícia, Huru = Palestina, Canaã, Ascalon, Guezer, Ieno'am) que Meren-

ptah se gaba de ter reprimido. Israel designa certamente um grupo humano, mas a esteia não fornece nenhuma informação sobre a sua importância demográfica, a sua organização política e o seu território. Entre os numerosos estudos recentes, veja-se J. YOYOTTE, «La campagne palestinienne du pharaon Merneptah. Données anciennes et récentes», in E.-M. LAPERROUSAZ, *La Proto-histoire d'Israël. De l'exode à la monarchie*, Paris, Les Éditions du Cerf, 1990, pp. 109-119.

(34) G. MENDENHALL, «The Hebrew Conquest of Palestine», *Biblical Archaeologist* 25 (1962), pp. 66-87; F. S. FRICK, *The Formation of the State in Ancient Israel. A Survey of Models and Theories* (The Social World of Biblical Antiquity Series, 4), Sheffield, Almond Press, 1985; D. C. HOPKINS, *The Highlands of Canaan. Agricultural Life in the Early Iron Age* (The Social World of Biblical Antiquity Series, 3), Sheffield, Almond Press, 1985; G. W. AHLSTRÖM, *Who Were the Israelites?*, Winona Lake, IN, Eisenbrauns, 1986; G. GARBINI, *Storia e Ideologia Neirisraele Antico* (Biblioteca di storia e storiografia dei tempi biblici, 3), Brescia, Paideia Editrice, 1986; R. B. COOTE e K. W. WHITELAM, *The Emergence of Early Israel in Historical Perspective* (The Social World of Biblical Antiquity, 5), Sheffield, Almond Press, 1987; I. FINKELSTEIN, *The Archaeology of the Israelite Settlement*, Jerusalém, Israel Exploration Society, 1988; N. P. LEMCHE, *Ancient Israel. A New History of Israelite Society* (The Biblical Seminar, 5), Sheffield, JSOT Press, The University of Sheffield, 1988. A questão do aparecimento de Israel foi estudada na reunião anual conjunta da Society of Biblical Literature e das American Schools of Oriental Research em Nova Orleães de 17-20 de Novembro de 1990. Houve comunicações de G. W. Ahlström, R. B. Coote, I. Finkelstein, N. P. Lemche e K. W. Whitelam, que foram publicadas, in *Scandinavian Journal of the Old Testament* 2 (1991), sob o título geral de «Toward a Consensus on the Emergence of Israel in Canaan».

(35) N. K. GOTTWALD, *The Tribes of Yahweh. A Sociology of Liberated Israel. 1250-1050 B.C.E.*, Mariknoll, Nova Iorque, Orbis Books, 1979.

(36) A. de PURY e Th. RÖMER, «Le Pentateuque en question. Position du problème et brève histoire de la recherche», in A. de PURY (ed.), *Le Pentateuque en question*, Genève, Labor et Fides, 1989, p. 9.

(37) J. LOZA, RB 97 (1990), p. 582 (pp. 581-594) = A. de PURY (ed.), *Le Pentateuque en Question*.

(38) J. VOLLMER, *Geschichtliche Rückblicke und Motive in der Prophetie des Amos, Hosea und Jesaja* (BZAW, 119), Berlim, Walter de Gruyter, 1971; H.-D. NEEF, *Die Heilstraditionen Israels in der Verkündigung des Propheten Hosea* (BZAW, 169), Berlim/Nova Iorque, Walter de Gruyter, 1987.

(39) K. BUDDE, *Die Bücher Richter und Samuel. Ihre Quellen und ihr Aufbau*, Giesen, J. Ricker'sche Buchhandlung, 1890; I. BENZINGER, *Jahwist und Elohist in den Königsbüchern* (Beiträge zur Wissenschaft vom Alten und Neuen Testament, 27), Berlim/Estugarda/Leipzig, Verlag W. Kohlhammer, 1921; R. SMEND, «JE in den geschichtlichen Büchern des Alten Testaments», ZAW 39 (1921), 181-217; G. HOELSCHER, «Das Buch der Könige, seine Quellen und seine Redaktion», in H. SCHMIDT (ed.), *Eucharisterion: Studien zur Religion und Literatur des Alten und Neuen Testaments. Festschrift H. Gunkel* (Forschungen zur Religion und Literatur des Alten und Neuen Testaments, 36), Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1923, 1: *Zur Religion und Literatur des Alten Testaments*, pp. 158-213; ID., *Geschichtsschreibung in Israel: Untersuchungen zum Jahwisten und Elohisten* (Acta Reg. Societatis Humaniorum Litteraturae Lundensis, 50), Lund, C. W. K. Gleerup, 1952.

- (40) J. WELLHAUSEN, *Die Composition des Hexateuchs und der historischen Bücher des Alten Testaments*, Berlin, Verlag von Georg Reimer, 2^a1889.
- (41) W. M. L. DE WETTE, *Lehrbuch der historisch-kritischen Einleitung in die kanonischen und apokryphischen Bücher des Alten Testaments*, Berlin, 1818, p. 233.
- (42) A. KUENEN., *Historisch-kritisch Onderzoek naar het ontstaan en de verzameling van de boeken des Ouden Verbonds, 1 : Het onstann van de Historischen Boeken des Ouden Verbonds*, Leiden, 1861, pp. 249-282.
- (43) M. NOTH, *Überlieferungsgeschichtliche Studien. Die sammelnden und bearbeitenden Geschichtswerke im Alten Testament* (Schriften der Königsberger Gelehrten Gesellschaft. Geisteswissenschaftliche Klasse, 18), Halle (Saale), Max Niemeyer Verlag, 1943, pp. 45-152 (3-110). Novas edições em 1957 e 1967. Tradução inglesa: *The Deuteronomistic History* (JSOT. Suppl. Series, 15), Sheffield, The University of Sheffield, 1981.
- (44) Entre outros H.-D. HOFFMANN, *Reform und Reformen. Untersuchungen zu einem Grundthema der deuteronomistischen. Geschichtsschreibung* (Abhandlungen zur Theologie des Alten und Neuen Testaments, 66), Zúrique, Theologischer Verlag, 1980: R. POLZIN, *Moses and the Deuteronomist. A Literary Study of the Deuteronomistic History. Part 1: Deuteronomium, Joshua, Judges*, Nova Iorque, The Seabury Press, 1980.
- (45) G. VON RAD, «Die deuteronomistische Theologie in den Königsbüchern», in G. VON RAD, *Deuteronomium-Studium* (Forschungen zur Religion und Literatur des Alten und Neuen Testaments, 58), Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1947, pp. 52-64 = ID., *Gesammelte Studien zum Alten Testament* (ThB. Altes Testamen, 8), Munique, Chr. Kaiser Verlag, 1958, pp. 189-204.
- (46) H. W. WOLFF, «Das Kerygma des deuteronomistischen Geschichtswerks», *ZAW* 73 (1961), 171-186 = ID., *Gesammelte Studien zum Alten Testament* (ThB. Altes Testament, 22), Munique, Chr. Kaiser Verlag, 1964, pp. 308-324.
- (47) Veja-se o *status quaestionis* dado por Helga WEIPPERT, «Das deuteronomistische Geschichtswerk. Sein Ziel und Ende in der neueren Forschung», *Theologische Rundschau* 50 (1985), pp. 213-249.
- (48) A. JEPSEN, *Die Quellen des Königsbuches*, Halle (Saale), Max Niemeyer Verlag, 1953.
- (49) R. SMEND. «Das Gesetz und die Völker: Ein Beitrag zur deuteronomistischen Redaktionsgeschichte», in H. W. Wolff (ed.), *Probleme biblischer Theologie. Gerhard von Rad zum 70. Geburtstag*, Munique, Chr. Kaiser Verlag, 1971, pp. 494-509.
- (50) W. DIETRICH, *Prophezie und Geschichte. Eine redaktionsgeschichtliche Untersuchung zum deuteronomistischen Geschichtswerk* (Forschungen zur Religion und Literatur des Alten und Neuen Testaments, 108), Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1972.
- (51) T. VEI JOLA, *Die ewige Dynastie. David und die Entstehung seiner Dynastie nach der deuteronomistischen Darstellung* (Annales Academiae Scientiarum Fennicae, B/193), Helsinquia, Suomalainen Tiedeakatemia, 1975; ID., *Das Königtum in der Beurteilung der deuteronomistischen Historiographie. Eine redaktionsgeschichtliche Untersuchung* (AASF, B/198), Helsinquia, Suomalainen Tiedeakatemia, 1977.
- (52) E. WÜRTHWEIN, *Die Bücher der Könige. 1. Kön. 1-16* (AID 11/1), Göttingen, Van-

- denhoeck & Ruprecht, 1977; ID., *Die Bücher der Könige. 1. Kön. 17-2. Kön. 25* (ATD 11/2), Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1984.
- (53) E. WÜRTHWEIN, *Die Bücher der Könige. 1. Kön. 1 7-2. Kön.25* (ATD, 11/2), Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1984, pp. 496-498.
- (54) F. FORESTI, *The Rejection of Saul in the Perspective of the Deuteronomistic School: A Study of 1 Sm 15 and Related Text* (Studia Theologica Teresianum, 5), Roma, Edizioni del Teresianum, 1984; J. A. SOGGIN, *Introduzione alVantico Testamento. Dalle origini alla chiusura del Canone alessandrino*, Brescia, Paideia Editrice, ³1979, pp. 235-240; ⁴1987, pp. 210-216.
- (55) R. SMEND, *Die Entstehung des Alten Testaments*, Estugarda-Berlim-Colônia-Mainz, Verlag W. Kohlhammer, 1978, p. 124, data DtrH de cerca de 550 a. C. e DtrP e DtrN bastante mais tarde. Segundo C. LEVIN, *Der Sturz der Königin Atalja. Ein Kapitel zur Geschichte Judas im 9. Jahrhundert v. Chr.* (Stuttgarter Bibelstudien, 105), Estugarda, Verlag Katholisches Bibelwerk, 1982, DtrH seria de fins do séc. vi A. C. e DtrP e DtrN talvez tenham sido terminados cerca de 350 a. C. ou até mesmo cerca de 300 a. C.
- (56) A. JEPSEN, *Die Quellen des Königsbuches*, Halle (Saale), Max Niemeyer Verlag, 1953, havia já isolado um estrato redaccional profético (*nebiistische Redaktion*) nos livros dos Reis.
- (57) A. F. CAMPBELL, *Of Prophets and Kings. A Late Ninth-Century Document (1 Samuel 1-2 Kings 10)* (Catholic Biblical Quarterly. Monograph Series, 17), Washington, The Catholic Biblical Association of America, 1986.
- (58) M. A. O'BRIEN, *The Deuteronomistic History Hypothesis: A Reassessment* (Orbis Biblicus et Orientalis, 92), Freiburg (Schweiz), Universitätsverlag/Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1989.
- (59) R. de VAUX, *Les Livres des Rois* (La Sainte Bible), Les Éditions du Cerf, ²1958, pp. 15-17.
- (60) F. M. CROSS, «The Themes of the Book of Kings and the Structure of the Deuteronomistic History», in F. M. CROSS, *Canaanite Myth and Hebrew Epic: Essays in the History of the Religion of Israel*, Cambridge, MA, Harvard University Press, 1973, pp. 274-289.
- (61) R. D. NELSON, *The Double Redaction of the Deuteronomistic History* (JSOT. Suppl. Series, 18), Sheffield, The University of Sheffield, 1981; A. D. H. MAYES, *The Story of Israel between Settlement and Exile. A Redactional Study of the Deuteronomistic History*, Londres, SCM Press, 1983; S. L. MCKENZIE, *The Chronicler's Use of the Deuteronomistic History* (Harvard Semitic Monographs, 33), Atlanta, GA, Scholars Press, 1984; G. E. GERBRANDT, *Kingship According to the Deuteronomistic History* (Society of Biblical Literature. Dissertation Series, 87) Atlanta, GA, Scholars Press, 1986; I. W. PROVAN, *Hezekiah and the Books of Kings. A Contribution to the Debate about the Composition of the Deuteronomistic History* (BZAW, 172), Berlim/Nova Iorque, Walter de Gruyter, 1988.
- (62) E. CORTESE, «Problemi attuali circa Topera deuteronomistica», *Rivista Biblica* 26 (1978), pp. 341-352; N. LOHFINK, «Kerygmata des Deuteronomistischen Geschichtswerks», in J. JEREMIAS/L. PERLITT (ed.), *Die Botschaft und die Boten. Festschrift für H. W. Wolff zum 70. Geburtstag*, Neukirchen, Neukirchener Verlag, 1981, pp. 87-100.

- (63) M. COGAN, «Israel in Exile — The View of a Josianic Historian», *Journal of Biblical Literature*, 97 (1978), 40-44; Z. ZEVIT, «Deuteronomistic Historiography in 1 Kings 12 — 2 Kings 17 and the Reinvestiture of the Israelian Cult», *JSOT* 32 (1985), 57-73.
- (64) Helga WEIPPERT, «Die 'deuteronomistischen' Beurteilungen der Könige von Israel und Juda und das Problem der Redaktion der Königsbücher», *Bib.* 53 (1972), pp. 301-339.
- (65) W. B. BARRICK, «On the 'Removal of the *High-Places*' in 1-2 Kings», *Bib.* 55 (1974), pp. 257-259.
- (66) A. LEMAIRE, «Vers l'histoire de la rédaction des livres des Rois», *ZAW* 98 (1986); pp. 221-236.
- (67) A. JEPSEN, *Die Quellen des Königsbuches*, Halle (Saale), Max Niemeyer Verlag, 1953.
- (68) A. F. CAMPBELL, *Of Prophets and Kings. A Late Ninth-Century Document (1 Samuel 1-2 Kings 10)* Washington, The Catholic Biblical Association of America, 1986. M. A. O'BRIEN, *The Deuteronomistic History Hypthesis: A Reassessment*, Freiburg, Universitätsverlag/Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1989.
- (69) Helga WEIPPERT, *op. cit.*, *Bib.* 53 (1972), pp. 301-339.
- (70) W. B. BARRICK, *op. cit.*, *Bib.* 55 (1974), pp. 257-259.
- (71) I. W. PROVAN, *op. cit.*, pp. 91-131.
- (72) I. W. PROVAN, *op. cit.*, pp. 133-135. A respeito da cronologia de Ezequias, pode ver-se F. J. GONÇALVES, *L'expédition de Senachérib en Palestine dans la littérature hébraïque ancienne* (Publications de l'Institut Orientaliste de Louvain, 34, Louvain-la-Neuve, Université Catholique de Louvain/Institut Orientaliste-Études Bibliques, NS 7, Paris, J. Gabalda), 1986, pp. 51-60.
- (73) F. J. GONÇALVES, *op. cit.*, sobretudo pp. 373-444; ID., «Senaquerib na Palestina e a tradição bíblica. Da grande derrota de Judá à maravilhosa salvação de Jerusalém», *Didaskalia* (no prelo).
- (74) F. LANGLAMET, «Pour ou contre Salomon? La rédaction prosalomonienne de I Rois, MI», *RB* 83 (1976), pp. 321-379 e 481-529.
- (75) F. J. GONÇALVES, *op. cit.*, pp. 73-101; ID., «La réforme d'Ézéchias», *Le Monde de la Bible* 54 (mai-juin-juillet 1988), pp. 32-34.
- (76) F. J. GONÇALVES, «La réforme de Josias», *Le Monde de la Bible* 54 (mai-juin-juillet 1988), pp. 35-37.
- (77) P. GIBERT, *Vérité historique et esprit historien. L'historien biblique de Gédéon face à Hérodote. Essai sur le principe historiographique*, Paris, Les Éditions du Cerf, 1990. O estudo de J. Nunes CARREIRA, «História e historiografia na Antiguidade Oriental», *Didaskalia* 12 (1982), pp. 333-358 = ID., *Estudos de Cultura Pré-Clássica. Religião e Cultura na Antiguidade Oriental* (Biblioteca de Textos Universitários, 76), Lisboa, Editorial Presença, 1985, pp. 142-165, mostra que a historiografia israelita antiga ocupa um lugar de destaque entre as historiografias dos povos pré-clássicos seus vizinhos.

Lista das abreviaturas

ATD — Das Alte Testament Deutsch, Göttingen

Bib. — *Biblica*, Roma

BSAW — Beihefte zur *Zeitschrift für die Alttestamentliche Wissenschaft*, Giessen-Berlin-Nova Iorque

DBAT — *Dielheimer Blätter zum Alten Testament*, Dielheim

JSOT — *Journal for the Study of the Old Testament*, Sheffield

RB — *Revue Biblique*, Paris

ThB — Theologische Bücherei, Munique

VT — *Vetus Testamentum*, Leiden

ZAW — *Zeitschrift für die Alttestamentliche Wissenschaft*, Berlin-Nova Iorque